

A escolha do Município do Montijo como entidade de incubação do Projecto C&SC decorre da identificação da sua abertura à respectiva problemática e interesse no desenvolvimento das correspondentes políticas públicas, designadamente na perspectiva das medidas “inclusivas” prioritárias no Plano Estratégico do Município de Montijo, e, que se destaca a organização dos serviços e equipamentos colectivos na relação com o investimento em infra-estruturas de carácter regional e sub-regional, (com prioridade à saúde, ao ensino, à cultura e ao desporto) e a promoção da cidade como referência intercultural. Estas valências assentam no trabalho concertado de parcerias locais e regionais, inerentes à Rede Social do Distrito de Setúbal, a que o Município aderiu em 2001, assumindo-a como suporte do programas chave de inclusão que se inscrevem na lógica de desenvolvimento sustentável baseada numa forte aposta em parcerias efectivas

O projecto TU KONTAS é um projecto referência neste domínio, uma vez que, fazendo parte integrante do Programa Escolhas, tutelado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), assenta, neste Concelho, num trabalho de parceria entre diferentes entidades concelhias, em que a Câmara Municipal assume a liderança, enquanto entidade promotora da correspondente aproximação ao Movimento Associativo Concelhio, e entidade gestora da Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo.

Tais instrumentos permitem-lhe centrar a sua intervenção na inclusão social de crianças, jovens e familiares em situação de maior vulnerabilidade, através da criação da Associação de Imigrantes no Concelho, da dinamização de um Centro de Recursos Multicultural na Comunidade e da constituição de Grupos de Mediadores específicos para a actuação comunitária junto de jovens e familiares. O encaminhamento para a certificação escolar e profissional de jovens em situação de insucesso e abandono, constituem os objectivos centrais do projecto.

Paralelamente, estão sendo adoptadas estratégias promotoras de uma maior acessibilidade dos destinatários do Projecto TU KONTAS às novas tecnologias de informação e comunicação, através da implementação do espaço de inclusão digital - CID@NET- assumido como recurso

transversal e fundamental para a dinamização de actividades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, incluindo a definição e acompanhamento de projectos de vida, a promoção de eventos e actividades facilitadoras da integração intercultural e a disponibilização de espaços de atendimento e aconselhamento individual e familiar.

Além destas valências específicas, as políticas de inclusão manifestam-se na universalidade de acesso garantido à população geral do Concelho. Para dinamizar tal universalidade, o Município de Montijo, criou no âmbito da Rede Social a que aderiu o Conselho Local de Acção Social, dinamizou as Comissões Sociais de Freguesia, elaborou o Diagnóstico do Concelho e o Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde, ganhando em 2001 na área dos Idosos e em 2002 no âmbito do Espaço Informação Mulheres, o Prémio de Qualidade da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

O Gabinete de Saúde e Acção Social, enquanto estrutura autárquica vocacionada para actuar nestes âmbito desenvolve trabalho em áreas como a Saúde, a Toxicodependência, o Apoio a Idosos e a Pessoas com Deficiências, a Igualdade de Oportunidades, a Violência Doméstica, o Apoio aos imigrantes e o Combate à pobreza e exclusão social, constituindo projectos articulados na Rede Social e ao Projecto Montijo Saudável, com o qual a autarquia participa da Rede Europeia de Cidades Saudáveis, mantendo uma parceria estreita com a Organização Mundial de Saúde.

Em decorrência deste perfil identificado pela equipa promotora do Projecto C&SC, a qual convidou a Câmara Municipal do Montijo a constituir-se como entidade incubadora dos desideratos do referido Projecto, o Município criou uma estrutura adhocráctica envolvida em formação-acção de mediadores adstritos a todas as valências de promoção da cidadania social e financia o correspondente site (www.cidadania-social.net) como output dinâmico, no âmbito da Parceria que para o efeito estabeleceu em 2007 com o CFCUL e na esteira da qual adere em 2009 a uma parceria específica com o Conselho da Europa destinada a aprofundar qualitativamente as políticas de bem-estar que este propicia através dos estudos estratégicos que promove.

Outubro 2009

Ficha Técnica

Equipa

Colaboradores

Instituição Proponente: CFCUL

Viana, Alfreda Cruz

Cavaco, Cristina

Instituição Participante: CMM

Ventura, Tereza

Leandro, André

Parceria: Instituto Paulo Freire

Dionísio, Ângela

Alves, João Lopes

Instituição Contratante: FFCUL

Bezerra, Gonçalo

Instituição de Acolhimento: CFCUL

Moraes, Susana de Campos

Financiamento: FFCUL e CMM

Do princípio da Realidade ao da Possibilidade: o Observador Observado... ou o Perguntador Questionado

Implicações da Cidadania Social nos novos Modos de Governação Inclusiva

Autoras:
VIANA, Maria Alfreda Cruz
e VENTURA, Maria Tereza

Centro de Filosofia das Ciências
da Universidade de Lisboa

O Poster referente à área da Cidadania Social, transversal às de todas as valências explicitadas nos apelos à apresentação de posters incidentes na área do Diálogo Social e da Governabilidade inclusiva, consiste na apresentação sucinta do Projecto Cidadania & Sociedade do Conhecimento desenvolvido no Centro de Filosofia das Ciências

da Universidade de Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal do Montijo através de protocolo de que resulta a criação do sítio www.cidadania-social.net, cujo estado da arte se encontra na fase de desenvolvimento que a equipa responsável pretende submeter a avaliação antes da replicação que o próprio projecto prevê.

1.

Acerca do website

Este website está construído como conjunto de plataformas cujo desenvolvimento se fará à medida da implementação do projecto de investigação que lhe subjaz. Nele se pretende generalizar o acesso ao tema da cidadania social e ao referido projecto de a configurar enquanto activa e inclusiva, com base no universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência de um desenvolvimento sustentável que tenha por base o desenvolvimento humano incidente nas diversas comunidades que se congregam no território que habitam, bem como no território web que constitui o horizonte global das suas paisagens.

Nesta perspectiva, o website faz parte do conjunto de recursos implicados no questionamento de uma tal possibilidade, a partir do conhecimento da realidade circunscrita num território preciso. Nas plataformas independentes de suporte aos várias vertentes desse questionamento, pretende-se acolher, estimular e analisar os percursos da cidadania social, cujo domínio se desenvolverá em interacção iterativa com as possibilidades em aberto nos domínios fórum c3s e learn c3s, nos quais a cidadania se enlaça com a coesão e o capital social.

2.

Acerca da Política Pública de Promoção do Empowerment na Sociedade do Conhecimento

A generalização da cidadania recorre necessariamente ao investimento em capital social por parte das políticas públicas e sociais, situando-se as autarquias locais no estímulo motivador da sua articulação. Mas o modo de produção da cidadania activa e inclusiva que subjaz à coesão social é o do investimento na aprendizagem ao longo da vida, em formato adequado à sua banalização no território e ao recurso à investigação-formação-acção, para o enquadramento de praxis. O perfil da entidade incubadora de tais praxis encontra suporte no domínio Learn c3s para identificação do universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência do desenvolvimento sustentável e ao empowerment.

A articulação desta temática com a da Sociedade do Conhecimento reverte por seu turno, no domínio central, para o subdomínio C&SC que enquadra o Projecto na perspectiva dos desideratos da Sociedade do Conhecimento e na da relação entre as vertentes da Ciência e da Política, relação auto-sustentável no talvegue da Ética da Res Publica, que apela à participação dos destinatários através dos recursos inerentes ao domínio Fórum c3s.

3.

Acerca do sítio e da rede de base territorial

Na presente página remete-se o acervo de documentos das páginas antecedentes para enquadramento do modelo e do modo de funcionamento dum sítio de cidadania social, enquanto promotor de empowerment e de inclusão que subjaz à coesão do tecido social.

Com as valências da capacitação para as práticas de participação autónoma na decisão, de promoção da educação/formação ao longo da vida e de habilitação para a empregabilidade e o empreendedorismo, cada sítio de cidadania social integrará a rede territorial de existências que o projecto for capaz de estimular nestas três dimensões junto das entidades com vocação promotora. No horizonte da vertente da Ciência Política, a rede de Observatórios Locais do Cidadão pode ser analisada no papel que se propõe desempenhar enquanto instrumento fundamental de uma política pública fundada na generalização do empowerment. A integração dos outputs dos observatórios locais, em bases de dados e de conhecimento fundadas para a captação e desenvolvimento dinâmico das iniciativas da rede de cidadania, apela à

habilitação de competências reunidas não só nos sítios locais de cidadania mas também nos destinos que lhes forem dados em sede neutral para ponderar o conhecimento produzido e as iniciativas assumidas em registo de empowerment.

A neutralidade que se pretende para a gestão dos assuntos gerados por tais inputs é compatível com a replicabilidade da experiência piloto que a entidade de incubação acolhe em qualquer ponto do território que perfilhe os seus desideratos. No horizonte da gestão de uma tal rede que se venha a constituir à escala do país estará a emergência de um Observatório da Cidadania sediado nas instalações de perfil técnico da Assembleia da República, onde se gera o ambiente sistémico da concepção das políticas que enquadram as que à governação incumbem, na relação com os seus programas e com as iniciativas cidadãs.

4.

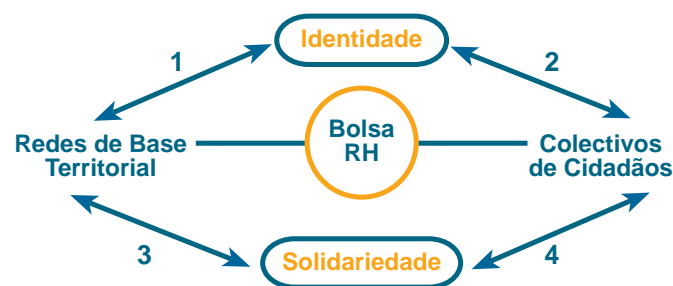
Acerca do observatório local do cidadão

Na presente página identificam-se os fundamentos do instrumento fundamental do empowerment: o observatório do cidadão, construído na interacção deste último com todo o acervo de informação reunido pela equipa do sítio. A esta compete centrar a prática do sítio na informação reunida, produzida e canalizada para o observatório, no decurso da actividade de formação, mediação e animação sociocultural e expressiva dos utentes. A cada um destes compete valorizar, em tal enquadramento, as dimensões significativas das bases de dados e de conhecimento para o desenvolvimento do seu próprio know-how e para a interacção com a comunidade, à medida que esta for manifestando o seu interesse pelos assuntos públicos e societais.

A relevância do sítio dependerá da qualidade das interacções produzidas, das competências reunidas e da capacidade de iniciativa que ele for capaz de polarizar, quer nas relações internas quer com a rede em que estas se projectam.

No horizonte estará a possibilidade de integração dos outputs de observatórios locais que possam vir a replicar a experiência piloto desenvolvida em registo de incubação, em bases de dados e de conhecimento fundadas para a captação e desenvolvimento dinâmico das iniciativas emergentes da rede de sítios locais de cidadania, o que apela à habilitação de competências reunidas em sede neutral, compatíveis com a diversidade de perfis ideológicos que a qualquer escala convivam na ponderação das políticas públicas

À escala geral, a neutralidade que se pretende para a gestão de um Observatório integrador da rede de inputs provindos dos sítios locais de Cidadania passará assim por o sediar nas instalações de perfil técnico da Assembleia da República, onde se gera o ambiente sistémico da concepção das políticas do país que enquadram a governação, na relação desta com o aparelho legal e com as iniciativas cidadãs.



1.Capital Social 2. Coesão Social 3. Equidade 4. Criatividade
RH_Recursos Humanos da Autarquia disponibilizados enquanto E.I. da experiência-piloto

5.

Acerca dos Grupo-Alvo

Na presente página, remetemos para os objectivos de quem pretenda aceder ao Observatório. Os objectivos são tão diferenciados quantos os perfis do público web interessado em percorrer os caminhos propostos Assim, na situação geral, pretender-se-á obter e discutir a informação sobre os conteúdos das páginas, na senda da articulação a sites temáticos afins. Noutros casos, porém, pretender-se-á também seguir o percurso da sua exploração e noutros ainda que este sirva o envolvimento do pesquisador nos meios de mediar a prossecução dos objectivos, quer do lado da aposta na cidadania, enquanto bem público, quer do lado da sua procura, enquanto projecto de vida. O critério de público não suporta porém, dada a espontaneidade da procura que lhe é implícita, o questionamento da Sociedade do Conhecimento a partir da universalização das praxis de cidadania. O Observatório assume uma tal universalização como desafio, diferenciando as actividades propostas e desenvolvidas consoante os grupos-alvo emergentes dos

diferentes segmentos do público web polarizados em dois perfis-tipo: o de usuário tradicionalmente inserido no convívio com a web e o usuário susceptível de nela vir a ser inserido, através da aprendizagem do modo como se constrói a relação autosustentada entre a tríade Cidadania/capital/coesão de natureza social, com passagem pelo território web e pelas potencialidades que esta faculta.

Nessa aprendizagem é fulcral o envolvimento dos recursos facultados pelo Observatório, incluindo os da mediação suportada pela entidade de incubação, por cujo intermédio se aduz, aos grupos-alvo finais do Projecto, o grupo alvo implicado na aprendizagem do papel que lhe cabe nessa mediação e no controle das relações emergentes das redes institucionais e sociais em que se constrói a cidadania activa e inclusiva.

6.

Acerca dos Recursos

Fulcrais para que o Observatório assuma os desideratos da universalização a que se propõe, os Recursos são mobilizados pela Parceria constituída pela Equipa de Investigação do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade e Lisboa e pela Câmara Municipal de Montijo, assumida enquanto entidade de incubação da experiência-piloto em curso, tendo por móbil a construção de um exploratório que permita ponderar e identificar os contornos da sua replicabilidade.

Convivem pois nessa aliança os recursos científicos e tecnológicos mobilizados pela equipa e os recursos materiais e humanos financeiramente aduzidos pela Autarquia. A Plataforma do Website disponibiliza nos seis domínios em que se organiza os recursos tecnológicos implícitos à dinamização das relações entre os Grupo-alvo e os Acervos

Documental e Informacional, constituídos pelos Argumentários dirigidos à ponderação e desenvolvimento interactivo com os Grupos alvo e as Comunidades que, no decurso e a montante da experiência, intervêm no seu questionamento e afeiçãoamento, com outputs registados nas Bases de Dados e de Conhecimento emergentes.

Na transformação dos recursos humanos envolvidos na mediação proporcionada pelo OC em destinatários da construção de um perfil funcional diferenciado no âmbito da própria Autarquia reside um dos objectivos fulcrais do Projecto: demonstrar como as políticas públicas podem ser utilizadas para o desenvolvimento de novos perfis de recursos humanos ajustados à Sociedade do Conhecimento, desde que aquelas sejam majoradas nessa perspectiva.

7.

Acerca da Função do Sítio local de Cidadania Social na Promoção do Território da Co-responsabilidade

A construção de uma co-responsabilidade de todos funda-se em primeiro lugar na interacção presencial ao nível local ou regional. É de facto com a proximidade que se constroem os laços sociais de solidariedade e o confronto das responsabilidades de cada um. O papel catalisador dos poderes locais e regionais é central nessa construção desde que seja maximizado pelo investimento de mediadores ajustados à Sociedade do Conhecimento. Nesse âmbito, o Território de Co-responsabilidade organiza-se em quatro direcções de sob a orientação do grupo de mediação coordenando representantes dos diferentes actores do território:

1 - Definição de bem-estar como objectivo traduzido em indicadores do bem-estar fundado em análise de situações sociais no território a partir dos critérios assumidos pelos cidadãos.

2 - Identificação dos deficits de acesso ao bem-estar e das acções que se inscrevem na perspectiva de solidariedade e da equidade.

3 - Lançamento de projectos-piloto que constituam as respostas possíveis assentes na dimensão laboratorial da pesquisa.

4 - Desenvolvimento de um Plano de Co-responsabilidade Territorial para o Progresso Societal a nível local, axiado nos resultados das acções-piloto fundamentadas na perspectiva da cidadania social integrada pelos critérios de empowerment, coesão e de capital social.



Promove Resiste